



Crise e Reestruturação do Capital: a busca pela recomposição das taxas de acumulação*

Crisis and Capital Restructuring: the quest for recovery of rates of accumulation

VALTER MARTINS**



RESUMO – O objetivo do presente texto é analisar a composição do capital financeiro e suas implicações para o processo de reestruturação produtiva. Examina, também, as implicações das mudanças na relação entre Estado e sociedade civil, as consequências de um novo modelo de gestão econômico-social com base na volatilidade econômica inaugurada com as crises cíclicas do capital. Neste sentido, o texto problematiza e apresenta a trajetória crítica de processos que envolvem a contradição entre o capital e o trabalho na segunda metade do século XX e início do século XXI. Enfatiza a metamorfose e a substituição de trabalho vivo por trabalho morto e as implicações para o modo como os homens respondem às necessidades de produzir e reproduzir a vida material.

Palavras-chave – Reestruturação produtiva. Capital Financeiro. Crise Econômica. Trabalho.

ABSTRACT – The objective of this paper is to analyze the composition of financial capital and its implications for the restructuring process. It also examines the implications of changes in the relationship between state and civil society, the consequences of a new model of social economic management based on economic volatility inaugurated with the cyclical crises of capital. In this sense, the text discusses and presents the critical path processes involving the contradiction between capital and labor in the second half of the twentieth century and early twenty-first century. Emphasizing the metamorphosis and the replacement of living labor by dead labor and the implications for how men respond to the needs of produce and reproduce material life.

Keywords – Economic Restructuring. Financial Capital. Economic Crisis. Labor.

* Texto desenvolvido sob a vigência da Bolsa da CAPES – Proc. BEX 9765-12-3.

** Assistente Social e Mestre em Serviço Social pela Universidade federal de Santa Catarina (UFSC). Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professor do Departamento de Fundamentos do Serviço Social da PUCSP, São Paulo/SP – Brasil. E-mail: valter.martins@gmail.com
Submetido em: março/2014. Aprovado em: junho/2014.

A partir dos anos de 1940, o capital financeiro passou por um desenvolvimento da expansão dos monopólios, em constante busca por superlucros que favoreceram um rápido crescimento da produção e sua expansão. As flutuações das taxas de lucro resultam em ondas de expansão e de estagnação na tensão entre superprodução e depressão (MANDEL, 1982; IAMAMOTO, 2007).

Mandel (1982) percebe uma nova fase do capitalismo; não que o sistema mude de natureza, conforme apontou Marx em *O capital*, mas em 1940, com a terceira revolução tecnológica nos países imperialistas, a automação e a energia nuclear abrem um novo painel histórico para o capital.

O economista marxista percebe o contexto acerca da produtividade do trabalho e a repartição da renda entre capitalistas e trabalhadores que expressam um novo momento, não de um capitalismo sensível, mas de uma nova fase ou ciclo. Para Mandel (1982), a produtividade do trabalho é afetada, grosso modo, pelas revoluções técnicas, pela expansão do comércio mundial e pelo imperialismo, de tal modo que são capazes de proporcionar às economias industrializadas matérias-primas e alimentos abundantes e baratos.

O capitalismo deixa para trás uma fase de crise e estagnação desde 1929. Mais precisamente, a partir de 1945, com a animação crescente de prosperidade pautada na produção e no consumo que favorecem uma onda de expansão do sistema mediante o pacto que reuniria segmentos do movimento operário, Estado e capitalismo apoiados nas teorias da demanda global de John Maynard Keynes, dá-se início a um longo período de intervenção estatal com o objetivo de reativar a produção, o consumo e as taxas de lucro do grande capital. É processo essencial para entesouramento do capital e início do fluxo de capital fictício dado com a financeirização da economia.

Entre os anos de 1945 até meados de 1970, a economia mundial conheceu um longo período de prosperidade. Marcado por reconfigurações da produtividade do trabalho, condicionando uma nova repartição de renda entre capitalistas e trabalhadores favorecidos pela revolução tecnológica, esse período garantiu uma ligeira expansão do comércio mundial e a criação dos monopólios.

O modelo de Estado que se consolidou nos países europeus de capitalismo desenvolvido, no período chamado de Estado de Bem-Estar Social¹ ou *Welfare State*,² primou por nova configuração na relação entre Estado e sociedade, apoiada em princípios que priorizavam a extensão de direitos sociais, a oferta universal de serviços sociais, a preocupação com o pleno emprego, a institucionalização da assistência social e da seguridade social como rede de defesa contra a pobreza e, também, um meio de garantir a manutenção de padrões mínimos de atenção às necessidades básicas. Pautou-se na possibilidade de acesso amplo do cidadão às políticas de seguro e de assistência social, especialmente a partir de transferências redistributivas de renda por via fiscal entre os contribuintes. Suas principais características foram analisadas por Marshall (1967), que elaborou um conceito de cidadania definido como condição de membro de pleno direito de uma comunidade, baseada em um tipo de igualdade humana. Ou seja, ainda que se admitissem diferenças de classe e riqueza, o Estado garantia a cada pessoa certo nível mínimo, independente do destino, da biologia e da sociedade.

O Estado tornou-se, assim, espaço de articulação de forças, com a função de amenizar parte das contradições oriundas da dicotomia capital *versus* trabalho por meio de um conjunto de serviços e benefícios sociais, com a finalidade de garantir certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social. Tais benefícios ou segurança aos indivíduos manteriam níveis de vida com um mínimo de base material, bem como acesso ao consumo, compatíveis com a estrutura de produção capitalista.³

O pacto entre capital e trabalho foi o pilar dos Estados de Bem-Estar Social. Buscou, durante os seus aproximados trinta anos, construir condições que assegurassem “vida digna” ao conjunto de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho, com crescimento do gasto social e o comprometimento de crescente proporção do produto nacional com políticas sociais (PIERSON, 1991 apud STEIN, 2005).

Como o regime de acumulação do capital funciona em ciclos, o fim da fase próspera estava anunciada, a produção industrial havia adquirido níveis impressionantes de produtividade, especialmente pelos avanços técnicos dos últimos 30 anos. O capital iniciava um novo ciclo, pautado na produção sustentada com trabalho passado e trabalho morto. Tal iniciativa permitiria aos capitalistas ampliarem suas taxas de lucro por não dependerem mais de vários contingentes de trabalhadores assalariados para rotinas produtivas.

Conforme Harvey (2011), o trabalho até a década de 1960 era bem organizado, razoavelmente bem pago e tinha influência política. “No entanto, precisava de acesso a fontes mais baratas e mais dóceis”. O geógrafo aponta que uma das maneiras de reconfigurar a organização do trabalho foi estimular a imigração; outra forma foi desenvolver tecnologia para economizar ou substituir o trabalho vivo, como a robotização na indústria automobilística, o que paulatinamente ganhou proporções cada vez maiores nas décadas seguintes.

A busca pelo rompimento do pacto entre capital, trabalho e Estado encontrou suas bases na crítica ao modelo desenvolvimentista no período de “ouro”, especialmente na forma de intervenção do Estado, nas políticas sociais e no poder que as associações de trabalhadores possuíam para pressionar o Estado e o capital por uma repartição mais equânime do resultado da produção.

A retomada das ideias e reformas liberais, que mais tarde foram nomeadas de neoliberalismo, busca estimular a livre concorrência, aumentar a produtividade e acelerar o crescimento econômico.

Recorda Anderson (1995) que o neoliberalismo surge logo depois da Segunda Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte, onde imperava o capitalismo desenvolvido. Foi uma reação teórica e política contra os estados intervencionistas e ao estado de bem-estar. Todavia, a ascensão da produção, da circulação e do consumo em massa favoreceu a expansão do capital, dos negócios e suas taxas de lucro com a produção em massa; com isso, a matriz neoliberal não ganhou espaço significativo no pretérito cenário promissor.

Velhos modelos foram reatualizados, sobretudo a crítica de Friedrich Hayek, iniciada em *O caminho da servidão*, escrita em 1944, que postulou as bases teóricas e ideológicas para o ataque contra “qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (ANDERSON, 1995, p. 9).

A intenção de Hayek era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de outro tipo de capitalismo, diferente do empreendido pelos estados intervencionistas, livre de regras para imperar a liberdade econômica e política do sistema.

O ideólogo, mais tarde, argumentou que o “igualitarismo” dos anos de ouro (1945-1970) do capitalismo destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Isso porque, para Hayek, a desigualdade era um valor positivo. O autor postulou um sistema de autorregulação semelhante ao modelo inglês das manufaturas industriais do século XVIII, não distante também da metáfora de Smith. Entretanto, se os anos anteriores não haviam favorecido o desenvolvimento da matriz sustentada por Hayek e já com vários adeptos, denominada de neoliberalismo, o mesmo ganhava terreno no continente europeu com a nova crise cíclica do capitalismo emergida entre o final dos anos de 1960 e o início da década de 1970, que abalou os fundamentos do Estado de bem-estar social e desencadeou uma corrida pela tomada dos grandes lucros, que logo passou pelos monopólios de dinheiro entesourado.

Entre as políticas neoliberais e as políticas keynesianas, havia uma verdadeira trincheira ideológica. Hobsbawm (2011) alega que os keynesianos afirmavam que os altos salários, o pleno emprego e o Estado de bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com a depressão econômica. Por outro lado, os neoliberais, com o seu repúdio ao keynesianismo, sob suas críticas afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro, impediram o controle da inflação e o corte de custos tanto na

esfera estatal como nas empresas privadas, “assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem” (HOBSEBAM, 2011, p. 399).

Para Hobsbawm (2011), a história dos anos que se sucedem a partir de 1973 é de um mundo sem suas referências e escorregou para a instabilidade da crise. A dúvida em torno da crise da década de 1970 paira na questão de como a economia mundial tornou-se menos instável, se os elementos que estabilizavam a economia eram de fato mais fortes que antes. Notadamente aqueles elementos impressos pelo “controle de inventário computadorizado, melhores comunicações e transportes mais rápidos reduziram a importância do volátil ‘ciclo de estoques’ da velha produção de massa”. O método iniciado pelos japoneses é viabilizado pelas tecnologias de informação da década de 1970, capazes de eliminar os estoques do ciclo anterior para a versão *just in time* (na hora) de fornecimento de mercadorias, tendo ainda uma “capacidade muito maior de variar a produção de uma hora para outra, a fim de enfrentar as exigências de mudança” (HOBSEBAM, 2011, p. 394).

O consumo dos governos com a seguridade social e suas transferências para a iniciativa privada após 1973 não atenderam as demandas do capital; era preciso mais, o *crash* da bolsa norte-americana em 1987 e a crise do câmbio em 1992 dão sinal e acentuam o ciclo recessivo do capital.

A crise econômica e os caminhos do capitalismo mundial

O crescimento econômico no mundo capitalista desenvolvido, apesar de sofrer uma retração se comparado com o ciclo anterior, foi contínuo. Esse fator deu margem para alguns dos novos países industrializados e neocolonizados pelas multinacionais expandirem suas produções e participar no mercado mundial.

O regime de acumulação apenas moldava um novo cenário de regulação entre os países de capitalismo desenvolvido e os em desenvolvimento, tão perceptível que durante o ciclo recessivo os países centrais acentuavam suas riquezas e sua produtividade após uma década do início da crise. Já países como Brasil e Argentina afundavam em recessão e na dívida externa. No Brasil, em 1983, as reservas estavam negativas, passando o governo a pagar somente os juros da dívida; na Argentina, a dívida entre 1976 e 1982 saltou de 7 para quase 50 milhões de dólares. Ambos os países saíram de um regime ditatorial militar financiado pela economia estadunidense (Movimento Alternativa Socialista, 2005).

Os sinais da crise já expressam a hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, e os juros da dívida dos países periféricos extraíam expressiva soma das reservas internas. A crise já afetava as economias centrais e a depressão se instaurou.

Os mecanismos de regulação tornaram-se obsoletos diante do cenário, e o capitalismo tornava-se incontrolável. O instrumento que regulou o capitalismo na Era de Ouro, a política de governo estatal, coordenada em âmbito nacional ou internacional, não funcionava mais. Durante as décadas de crise, os estados nacionais perderam seus poderes econômicos.

A volatilidade das economias contribui para o agravamento da crise, o capital fictício gira o mundo, entra e sai de economias em fração de segundos, a instabilidade e a falta de perspectivas para o futuro promovem ajustes em praticamente todos os países em desenvolvimento, notoriamente os mais afetados.

O mundo definitivamente não era mais o mesmo. Com a constatação da violenta crise, as forças políticas conservadoras ganham terreno, primeiro na Grã-Bretanha em 1979, com Margaret Thatcher, e, em 1980, nos EUA, com Ronald Reagan. Ambos estavam à espera, armados com a doutrina neoliberal, preparados para usar o poder do Estado para acabar com o trabalho organizado. “Pinochet e os generais brasileiros e argentinos o fizeram com o poderio militar, enquanto Reagan e Thatcher orquestraram

confrontos com o grande trabalho, quer diretamente, como o caso do confronto de Reagan com os controladores de tráfico aéreo e a luta feroz de Thatcher com os mineiros e os sindicatos de impressão, quer diretamente pela criação de desemprego” (HARVEY, 2011, p. 21).

Thatcher, diante da crise geral instaurada, do desemprego em massa, do endividamento do Estado, das sucessivas tensões pelo comércio internacional do petróleo, instaura total liberdade às leis de mercado,⁴ limitação da intervenção do Estado na economia, privatização das empresas estatais, abertura comercial, reduzindo ou eliminando as taxas alfandegárias sobre as importações, total liberdade de ação aos capitais internacionais e eliminando qualquer proteção ou incentivo às empresas nacionais. Em síntese, as ideias de Hayek ressurgiam em sua centralização e defesa do livre mercado.

Hobsbawm (2011) assinala para um dado relevante acerca da tensão que permeia as políticas das décadas da crise, sendo a combinação de depressão com a economia projetada para expulsar a mão de obra humana do ciclo produtivo. Nos países de capitalismo desenvolvido, o uso das tecnologias substituiu gradativamente o operário no chão da fábrica. A necessidade de reduzir custos com a mão de obra conduz a uma nova concepção do ciclo produtivo. Nesses países, houve o choque com a cultura do pleno emprego. O esvaziamento dos empregos nas fábricas leva os trabalhadores às ruas contra as políticas neoliberais.

Na Inglaterra da “baronesa” Thatcher, os conflitos entre a polícia e a multidão de insatisfeitos foram emblemáticos na luta contra a implementação das políticas neoliberais, mas no berço do capitalismo as armas do Estado burguês foram mais eficientes do que o levante da população.

A prevalência dos interesses da globalização neoliberal impunha a primazia dos interesses do mercado, de um mercado sem limites e sem fronteiras, e com políticas de desenvolvimento econômico centradas na voracidade de novos paradigmas de acumulação (YAZBEK, 2010).

A surpresa como as reformas assolaram os trabalhadores ao lado da repressão com o discurso do “bem para a Inglaterra” unida à política internacional que se apresentava como um covil dos interesses imperialistas, a figura de linguagem “Deus salve a rainha” foi substituída por “Deus salve a Margareth”, seja nos momentos de sua popularidade ou mesmo de intensa impopularidade e repúdio.

De toda a forma, o grande golpe já havia sido aplicado: a flexibilização das regras de mercado de trabalho; a terceirização e a quarteirização dos contratos de trabalho; a precarização das condições de trabalho. Todavia, num primeiro momento, as medidas atingiram os imigrantes e redirecionaram os fluxos do mercado da informalidade de mão de obra; na sequência, atingiram outras camadas de trabalhadores autóctones que viram seus direitos e garantias sociais ruírem diante de pacotes econômicos e de ajuste estrutural da economia e do Estado. Ademais, as pensões e seguros sociais resguardaram muitos trabalhadores da pobreza.

A estratégia do capital foi inaugurar a crise econômica para por meio do Estado promover o arrocho à economia, aos gastos públicos e à inflação. Foram na verdade uma dissimulação para esmagar os trabalhadores e sua força política que efetuará o “exército industrial de reserva”, ao minar a força do trabalho e permitir aos capitalistas obter lucros fáceis.

Mesmo em economias cêntricas, como é o caso dos EUA, “o desemprego subiu, em nome do controle da inflação, para mais de 10% em 1982, que resultando em salários estagnados. Isso foi acompanhado nos EUA por uma política de criminalização e encarceramento dos pobres, que até o ano de 2000 colocou mais de dois milhões atrás das grades” (HARVEY, 2011, p. 21). O incentivo à migração serviu como mecanismo de substituição de mão de obra, já que rebaixamento dos salários já era descartável. Para muitos dos sobrantes restava somente à marginalização.

A voracidade das mudanças aceleradas induz a uma nova sociabilidade e a uma nova política inscrita na agenda neoliberal. “A produção se globalizou, com processos de flexibilização produtiva, com avanços tecnológicos e informacionais, com a robótica, com fortes impactos ambientais e, sobretudo, nas formas de organização das relações de trabalho e da economia” (YAZBEK, 2010, p. 1).

Foi nefasta e de severa depressão a década de 1980 para a América Latina, a África e a Ásia Ocidental. A pobreza e a desigualdade social foram acentuadas, os pobres ficaram mais pobres, os ricos acumularam mais riqueza. A depressão foi acentuada com a queda do socialismo real quando o PIB da Rússia caiu “17% em 1990/1, 19% em 1991/2 e 11% em 1992/3” (HOBSEBWM, 2011, p. 395).

Problemas como pobreza, desemprego em massa, miséria e instabilidade passaram a permear não somente a realidade de países em desenvolvimento, mas também países ricos. Em 1989, no Reino Unido, 400 mil pessoas foram oficialmente classificadas como “sem-teto”, possivelmente aqueles que Robert Castel (2010, p. 417) classificou em sua sociedade salarial como os “imigrantes, semioperários, semibárbaros e miseráveis do quarto mundo”. De certa forma, a desigualdade de renda afetou todas as economias do globo.

A revolução tecnológica que floresce durante o período de crise resultou também da Era de Ouro, sendo ligeiramente ilustrada pelo trabalho e desemprego. Observa-se um cenário de incertezas, as mudanças no âmbito do trabalho e da economia imprimiram a radicalização da exploração e da expropriação da classe trabalhadora, a questão social assume novos contornos e expressões.

A emergência de novas manifestações e expressões da questão social reconfigura os sistemas de proteção social. O Estado como regulador das relações sociais passa por profundas transformações. O foco da transformação estatal passa pela redução/modificação de sua ação reguladora na esfera social.

A tendência geral da industrialização, na qual não podemos esquecer que é endógeno ao capital o progresso técnico, promoveu no período da crise a substituição da capacidade humana pela capacidade das máquinas, o trabalho humano pela força mecânica e colocou as pessoas para fora de seus empregos. O processo em questão substituiu o trabalho vivo por trabalho passado acumulado e também por trabalho morto.

O florescimento das telecomunicações e da informática na contínua revolução tecnológica supôs que as pessoas migrassem tendencialmente aos novos postos de emprego nestes setores, em substituição aos velhos postos de emprego.

Para o capital, atingir seu objetivo de recuperar altos níveis de lucratividade era obviamente por meio do enxugamento das folhas de salários; por outro lado, os governos não poderiam assumir responsabilidades com políticas sociais com uma nova massa de desempregados. Assim, promoveu-se um ataque não somente à economia industrial do Estado, mais também aos mecanismos de regulação, mais precisamente nas políticas de natureza estatal, que absorviam recursos fiscais no seu financiamento. Isso certamente forçaria os Estados a gastar mais e recolher mais via ação tributária, levando o sistema a um colapso generalizado.

As modificações do emprego estrutural, assinaladas pela flexibilização produtiva, pela segmentação dos trabalhadores em estruturas ocupacionais cada vez mais complexas e pela expansão dos serviços trazem desestabilização da ordem do trabalho. Sua precarização e insegurança, o sistema de proteções e garantias sociais que se vinculou historicamente ao emprego assume novas características, novos desenhos, e a desproteção surge como mecanismo de liberdade para o capital.

Para garantir níveis satisfatórios de acumulação, já que era tragada uma parte expressiva dos lucros pelos juros cobrados pelos bancos, a lógica neoliberal ataca as políticas de governo, a economia estatal e as políticas de proteção social públicas.

O crescimento da indústria foi tão grande que o número e a proporção de trabalhadores industriais, mesmo nos países mais avançados industrialmente, não decresceram seriamente. Entretanto, no período da crise as indústrias começaram a dispensar e deixar de incorporar mão de obra a um ritmo espantoso, mesmo naquelas em expansão.

Hobsbawm (2011) chama a atenção para o fato que o desemprego dessas décadas não foi simplesmente cíclico e sim estrutural. Jamais os empregos perdidos voltariam, sendo que o desenvolvimento da tecnologia tratou de extinguir profissões inteiras. Para alguns, nenhuma outra

equivalente foi criada, simplesmente foram apagadas das demandas no mercado de trabalho. Profissões tradicionais de chão de fábrica foram extintas, os trabalhadores largados à própria sorte. Outro fenômeno da época foi inscrito pela instabilidade do emprego. Para Castel (2000, p. 249), “a instabilidade do emprego vai substituir a estabilidade do emprego como regime dominante da organização do trabalho [...] e este é sem dúvida o desafio mais grave que se apresenta. Talvez mais grave que o desemprego”.

A mais marcante característica dessa época são os fluxos econômicos livres que cruzavam fronteiras de Estados-Nações, só não migravam com a mesma fluidez como as pessoas que buscavam empregos.

As indústrias migrantes buscavam nos países em desenvolvimento força de trabalho intensiva, buscavam países populosos e pobres com frágil ou sem regulação trabalhista, sistemas de proteção social com baixa institucionalização, permitindo-lhes pagar baixos salários, ao invés de se estivessem com suas linhas de produção instaladas em países de capitalismo cênicos.

O capital migrou para onde o trabalho excedente estava. “As mulheres rurais do sul global foram incorporadas à força de trabalho em todos os lugares [...] o resultado foi uma crescente feminização do proletariado, a destruição dos sistemas camponeses tradicionais de produção autossuficiente e a feminização da pobreza no mundo” (HARVEY, 2011, p. 21). Nas favelas, nos cortiços e nos guetos insalubres das cidades, uma população de mais de 2 bilhões de pessoas tentam sobreviver com menos de dois dólares por dia.

A partir da década de 1960, a política industrial estadunidense, inundada de capital excedente, começa a expatriar a produção com forte aceleração nas décadas seguintes. Peças feitas em qualquer lugar do mundo, preferencialmente onde o trabalho tivesse pouca proteção e as matérias-primas fossem mais baratas, poderiam ser enviadas aos EUA para montagem de carros e equipamentos eletroeletrônicos. Os baixos custos com a produção nos países periféricos garantiam competitividade com os mercados japoneses e chineses, além de garantir satisfatórias taxas de lucro para o capital.

Harvey (2011) menciona que o processo de globalização contribuiu com a organização dos sistemas de transporte e com a redução dos custos de circulação, a “containerização” promoveu uma inovação dos transportes de cargas de peças, especialmente na automobilística. O desenvolvimento dos sistemas de comunicação em escala global e veloz permitiu a organização rigorosa da cadeia produtiva de mercadorias em escala global. A globalização impôs a redução de tarifas e cotas até então compreendidas como barreiras artificiais ao comércio transnacional.

O capital organizou, para além do sistema produtivo global, uma arquitetura financeira para facilitar a circulação do fluxo internacional de capital-dinheiro líquido para onde as condições estruturais permitissem melhores taxas de rentabilidade.

O debate das indústrias sem fronteiras causa tanta euforia na periferia do mundo que os países em desenvolvimento reformam suas legislações para oferecer incentivos fiscais ou patrimoniais a muitas empresas estrangeiras, quando não emprestando recursos públicos para sua instalação a juros zero.

Um trabalhador na cidade mexicana de Juárez ganhava um décimo do que um trabalhador texano no centro do capitalismo para desenvolver a mesma função (HOBBSAWM, 2011, p. 403). O historiador aponta, ainda, que a corrida pela industrialização nos países pré-industriais e nos novos recém-industrializados prevalecia à lógica férrea da mecanização, que em questão de algum tempo tornava a força de trabalho do mais barato ser humano mais caro que uma máquina capaz de fazer seu trabalho, obedecendo às mesmas lógicas de produção, porém em concorrência superior. Não há carne e ossos que resistam a jornadas de trabalho intensas e quase infinitas como as que as máquinas são capazes de proporcionar.

Nas décadas de crise, o processo técnico fomentou a dimensão ideológica para o mercado de trabalho e para os trabalhadores, já não bastasse o desemprego crescente. Os mecanismos ideológicos propagandearam que o trabalhador necessitava adequar-se às novas necessidades e à dinâmica do novo mercado de trabalho. As novas tecnológicas, a globalização da produção, a abertura das economias, a

internacionalização do capital e as constantes mudanças nos ambientes de trabalho impuseram a necessidade de um novo perfil profissional, versado em competência, idoneidade, saúde física e mental, bons relacionamentos, capaz manter-se empregado. A lógica perversa atribui ao trabalhador a responsabilidade por conseguir e manter-se no emprego; assim, disfarça o processo de ampliação da exploração do trabalho: agora o trabalhador torna-se único responsável por “sua incapacidade de empregar-se”.

Para justificar os altos níveis de desemprego, os ideólogos do capital em tempos neoliberais propagandearam aos ventos que a culpa pelo desemprego era das pessoas que não tinham qualificação suficiente para atuar nos novos empregos que a nova era produzia. Todo o modelo anterior foi rechaçado e surgiu a nova fase do capital de produzir tecnologia e trabalho morto suficiente para descartar contingentes de trabalhadores, mesmo que todos estivessem capacitados para a onda toyotista. Jamais haveria empregos para todos, nem mesmo para os estratos da população que entravam nas contagens da população economicamente ativa (PEA).

Mesmo que aparente, a velha dimensão ideológica torna-se força de trabalho dispensável e com ela os milhões de trabalhadores. A velha fórmula de Frederick Taylor e Henry Ford é fraquejada; seus manuais, que serviram outrora para alavancar o progresso técnico na Era de Ouro, dividem espaços com novos manuais; a ditadura dos lucros, da extração de parte maior da mais-valia já se apropriou de técnicas inovadoras e tão produtivas que faz qualquer outra técnica parecer antimoderna. O surgimento do toyotismo é a nova fábrica do capital, uma fábrica unilateral, do consenso do capital para o capital.

Antunes (2011) expressa que a tragédia histórica da crise foi que o chão de fábrica dispensava visivelmente seres humanos mais rapidamente do que a economia de mercado gerava novos empregos. Acrescenta-se a esse processo a concorrência acelerada pelas políticas de globalização e o enxugamento dos governos que representavam grandes empregadores.

O exército industrial de reserva foi elevado a proporções desconhecidas até então, o que levou muitos autores a classificar com o termo “sobrantes do sistema” o gigantesco número de pessoas sem emprego. Parte desse contingente jamais voltaria a ter um emprego no futuro, e outra parte foi absorvida, mas em condições precárias e com parca proteção social. Muitos conseguiram reinserção na informalidade; para estes, nem mesmo empregos precários coube-lhes, desde pequenos serviços prestados até a coleta de material reciclado⁵ para venda e/ou o suicídio para muitos.

A capacidade das máquinas pode ser elevada constantemente pelo progresso tecnológico e custo radicalmente reduzido. O mesmo não pode ser verificado com o desempenho dos seres humanos. Charles Chaplin imortalizou essa crítica já no período taylorista-fordista, em “Tempos modernos”, quando, na película, o cineasta passa uma mensagem social, em forma de crítica denúncia o capitalismo, em 1936, e as consequências do progresso técnico e do uso do trabalho morto para os trabalhadores, onde o protagonista disputa com uma esteira rolante de uma linha de produção suas capacidades enquanto homem. A particularidade da crítica de Chaplin se aplica, também, aos anos de crise do final do século XX: é o peculiar progresso técnico, capaz de acumular tanto trabalho que o homem é totalmente dispensado das linhas de produção, como ocorreu com a indústria automobilística.

O homem enquanto ser social que transforma o mundo em sua volta é também um ser biológico, necessita de momentos de repouso para repor suas energias e capacidades, necessita nutrir-se adequadamente para desenvolver suas potencialidades, precisa interagir com outros seres para afirmar-se como pessoa, significar sua existência por meio das relações que estão além do espaço empregador. Doutro lado, a mecânica dos metais e dos eletrônicos dispensa a complexidade da sociabilidade do ser social, malgrado precise de combustível para suas engrenagens funcionarem e muitas vezes os equipamentos não precisam de repouso.

A mecânica dos metais e do polietileno dispensa a sociabilidade, as leis de amparo e proteção ao trabalho, revoluções sociais, não trava dimensões políticas, pressão por ampliação de direitos sociais, não

faz greve, expulsa a luta de classes da fábrica. Os metais e o polietileno associados às inteligências artificiais elevam a produção a níveis exponenciais.

Se os trabalhadores são descartáveis, os produtos de polietileno também são. Suas instituições já não representam ameaças para o capital e o desejo das gloriosas taxas de lucro. O movimento sindical é duramente golpeado por duas vezes, uma pelo esvaziamento de empregos no chão da fábrica que afetou diretamente a força sindical, outra, em sua essência que o tornou um sujeito na história, ou seja, sua capacidade de fazer política.

Os sindicatos, que desempenhavam um importante papel para ampliação de vagas de emprego, estavam tão debilitados pela depressão econômica quanto pela hostilidade dos governos neoliberais.

As consequências da crise

Junto ao processo mais amplo de reordenamento do capitalismo enquanto relação social e a revolução agrícola que, desde a metade do século, transferia grandes contingentes populacionais para as regiões urbanas, num fluxo tão rápido que logo o mundo tornou-se eminentemente urbano, isso reflete o mesmo processo ocorrido na Inglaterra durante o século XIX, que consolidava o capitalismo meramente como urbano.

A população migrante do campo será aproveitada nas cidades como braços e pernas capazes de cavar, serrar, revolver argamassa, carregar peso. São os trabalhadores de terceira categoria, aqueles estratos supérfluos entre os sobrantes que venderão sua força de trabalho a qualquer preço para sobreviver; ao mesmo tempo, o aluguel de seus músculos e membros será a única via de inserção rápida e onde eles são aptos a desenvolver por meio do trabalho penoso e pesado.

Outro fenômeno surgido desse contingente populacional relaciona-se com esses trabalhadores quando de sua dispensa dos postos precários que ocupam, sobrando-lhes a informalidade para alguns e a escravidão para outros, como ocorre, por exemplo, nas grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar e nas fábricas de costura no Brasil; não diferente em países como a China e Taiwan enquanto representantes dos novos países industrializados, porém não é especificidade desses países, pois seja em cidades como Nova York ou Barcelona, o trabalho escravo é presente entre os imigrantes latinos, chineses e africanos. Esta população engrossaria os índices de pobreza geracional nos países periféricos e intensificaria a superexploração do trabalho humano médio que produziu os guetos dos pobres no mundo, ou melhor, produziu as favelas. O problema é tão grave que a ONU estimou que até a primeira década do novo milênio existam vinte e sete milhões de escravos no mundo.

Nos países de capitalismo cêntrico, como nos Estados Unidos, temos a representação dos guetos dos afro-americanos nas confederações do sul que formam um submundo social. Hobsbawm (2011) aponta que processos semelhantes também são percebidos na França contra os negros e imigrantes, onde o problema se arrastou de Jacques Chirac a Nicolas Sarkozy, entre tantos outros guetos de imigrantes no hemisfério norte.

No outro lado do hemisfério, nos países periféricos a crise continua a dilatar a inflação, a dívida pública a engolir os orçamentos públicos. A situação de pobreza extrema se agrava: o Banco Mundial estimou em 52,2% a população mundial vivendo em situação de pobreza em 1981, e 43,1% em 1990, considerando U\$S 1,25 *per capita* ao dia. A China registrou, em 1981, o alarmante índice de 1.097 bilhões de pessoas vivendo em pobreza extrema, obtendo uma ligeira queda nos anos de 1990, registrando 926 milhões de pessoas em situação de pobreza (ALVES, 2012).

A Índia acompanhou o desastre da América Latina: registrou, em 1981, 568 milhões de pessoas em pobreza absoluta e 640 milhões de pobres em 2002. Na África ao sul do Saara de 205 milhões passou para 390 milhões no mesmo período da Índia (ALVES, 2012).

O desemprego criou um verdadeiro fosso de desigualdade na América Latina e no Caribe. Não obstante a influência e os planos de reforma do Banco Mundial, da CEPAL e do Consenso de Washington para os países latino-americanos, agravou-se a situação de pobreza. Na América Latina e no Caribe, a situação não foi revertida, os estilhaços da crise produziram um contingente populacional vivendo em situação de extrema pobreza crescente. A pobreza extrema aumentou de 43 milhões de pessoas em 1981, para 53 milhões em 1990, e para 60 milhões em 1999, chegando a 63 milhões em 2002 (ALVES, 2012).

Ao Chile, por exemplo, que já havia experimentado o pacote de reformas liberalizante do mercado, logrou-lhe o título de celeiro, pois se tornou grande produtor e exportador de frutas ao mesmo tempo em que importava tecnologia e produtos industrializados dos países cêntricos. Além do sistema industrial produtivo, a reforma no Chile atingiu o sistema de ensino de tal forma que as universidades públicas foram subtraídas pela lógica da sustentabilidade financeira do mercado e assumiram o estatuto de universidades privadas. Assim, comercializou o ensino superior; do outro lado, ficou uma população empobrecida sob um regime ditatorial militar e repressivo aos direitos democráticos e civis. O Chile destoava do restante da América Latina, tornou-se o exemplo para o resto do continente, transformado num cesto de frutas sem expressão política para a região, a não ser pelas denúncias de crimes contra a humanidade, cometida pelo general Pinochet.

Abaixo do equador, os países em desenvolvimento assumem posturas muito particulares diante do reordenamento do mundo capitalista no período da crise. Países como o Peru, “onde a metade da população se achava abaixo da linha da pobreza – mais que em 1972, (uma década antes das medições do Banco Mundial) – e o consumo *per capita* estava caindo” (HOBBSAWM, 2011, p. 411), demonstram a voracidade como os países pobres são atingidos, tornando-os mais pobres ainda.

As fronteiras dos países tornavam-se gelatinosas para os interesses imperialistas, a política nacional num fantoche, a ideia implantada pelo neoliberalismo de globalização libera fluxos de capital pelo mundo. O capital entra e sai de economias nacionais com a mesma facilidade de como as pessoas saem e voltam para suas casas. A prerrogativa interposta pelo capital provoca verdadeiras tragédias nas economias minguadas dos países periféricos.

Nesse mesmo período, os partidos de esquerda param de despertar o interesse dos jovens, que passam a compor o corpo cada vez maior de movimentos de mobilização por direitos feministas, gays, meio ambiente, moradia. Esses são denominados de “novos movimentos sociais”, contribuem para a fragmentação da luta de classe e estilhaçam a direção política mantida durante a Guerra Fria, que, de certo modo, garantiu o equilíbrio entre os polos capitalista e socialista. No vácuo deixado pelos partidos de esquerda e os trabalhistas, o conservadorismo e o reacionarismo liberal ganham espaço.

O período de depressão associado às mudanças estruturais nas condições de trabalho e o desemprego em massa de longa duração despertou visões e culturas xenófobas e racistas; especialmente na Europa, constituiu uma política de identidade velada contra os estrangeiros. Foi como se os estrangeiros e migrantes tivessem culpa pela situação econômica da nação, quando na verdade compunham o exército de braços e pernas junto com os camponeses urbanos.

Para Hobsbawm (2011), a generalização era muito difícil para os países periféricos, exceto em dois pontos que alinhavam todos os países, isto é, estavam em profunda recessão e afundados em dívidas. “Em 1990, iam dos três grandes gigantes da dívida internacional (60 bilhões a 110 bilhões de dólares) Brasil, México e Argentina, passando pelos outros 28 que deviam mais de 10 bilhões cada até as arraias miúdas que deviam 1 ou 2 bilhões” (HOBBSAWM, 2011, p. 411).

A ação do Banco Mundial foi nefasta aos países periféricos ao incentivar a tomada de empréstimos. O resultado foi um profundo endividamento: 1990, 24 países deviam mais do que produziam. Neste momento, a economia dos juros tornou-se o grande negócio dos bancos privados e dos ricos: já não era mais preciso investir no capital produtivo e industrial para obter lucro; os juros, em alguns casos imaginários, criados e inventados sobre as dívidas dos países periféricos reengrenou o

capitalismo nos países cênicos. O império da financeirização do capital se constituía com base no entesouramento do período anterior, do mercado dos juros capitaneados pelas grandes instituições financeiras e por suas agências internacionais. Esse processo expressa mais uma vez, abaixo do Equador, a situação da África e da América Latina, que passam por um novo período de colonização via interesses do capital, mas agora do capital financeiro capitaneado pelo Banco Mundial e suas agências.

As dívidas contraídas pelos países pobres em pouco tempo tornavam-se impagáveis, demandando o refinanciamento ou mesmo tomar mais dinheiro emprestado para pagar os juros da dívida; com isso, os países submetiam-se às políticas fiscais do Banco Mundial para diversos setores da economia. Isso feriu a soberania dos povos e demonstrou que seus representantes e executivos eram meros fantoches do receituário das agências reguladoras internacionais.

Hobsbawm (2011) mostra que o dinheiro emprestado aos países endividados possivelmente nunca seria pago, mas argumenta que isso não preocupava os credores, pois os juros da dívida, em média de 9,6% em 1982, acalentavam os bancos. No início da década de 1980, houve pânico no sistema financeiro internacional por causa das vultosas dívidas. O México e logo após outros grandes devedores da América Latina não puderam pagar nem mais os juros: os grandes bancos haviam aplicado trilhões de dólares provenientes dos petrodólares no sistema financeiro internacional, levando o sistema bancário ocidental à beira do colapso.

Com a ameaça do colapso no México, os EUA prontamente revitalizaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) como mecanismo disciplinador global para assegurar que os bancos teriam seu dinheiro de volta e as pessoas fossem obrigadas a pagar (HARVEY, 2011). Os mecanismos do FMI tornaram-se tão eficientes que o presidente do Citibank chegou a afirmar que “os países não podem desaparecer, você sempre sabe onde encontrá-los em caso de dificuldades” (HARVEY, 2011, p. 24).

Os programas de ajuste estrutural impostos pelo FMI impuseram austeridade fiscal para os países devedores a fim que os bancos recebessem os juros da dívida e as cotas de reembolso. Mais uma vez o capital financeiro foi blindado em detrimento dos países em desenvolvimento. Criavam-se mais pobres na periferia do mundo, e os ricos acumulavam mais riquezas.

Hobsbawm (2011) evidencia que a salvação do sistema financeiro foi que os três maiores devedores não agiram em conjunto; realizaram acordos individuais para reprogramar as dívidas, e os bancos, apoiados por governos locais, conseguiram manter a solvência técnica. O mundo capitalista esteve à beira de uma depressão pior do que a de 1929, não mais causada por superprodução, mas por um novo tipo de estopim da crise: o alto grau de endividamento e a impossibilidade de pagar não a dívida, tão somente os juros da dela.

A combinação dívida, refinanciamento e novos empréstimos tornavam os países periféricos mais pobres e mais dependentes da política financeira internacional. O interesse dos investidores passou a centrar-se em alguns poucos países. Hobsbawm (2011) afirma que:

Das 42 “economias de baixa renda” em 1970, dezenove tinham zero investimento estrangeiro líquido. Em 1990, os investidores estrangeiros diretos tinham perdido todo o interesse em 26. Na verdade havia substancial investimento (mais de 500 milhões de dólares) em apenas catorze de quase cem países de baixa e média renda fora da Europa, e investimento maciço (de cerca de 1 bilhão para cima) em apenas oito, dos quais quatro estavam no leste e sudeste da Ásia (China, Tailândia, Malásia, Indonésia) e três na América Latina (Argentina, México, Brasil).

O interesse demasiado num grupo de economias deu-se por conta dos mecanismos criados pelas agências de regulação internacional, em especial o Banco Mundial e o FMI. Os países que despertavam interesse dos investidores eram aqueles que possuíam capacidade financeira a longo prazo,

disponibilizando grandes estoques de mão de obra barata, frágil regulamentação trabalhista, sistemas de proteção social residual, recursos naturais abundantes, sistema político frágil aos interesses do povo.

Os EUA junto ao FMI instauraram um sistema global de interligação pelos mercados financeiros, e a globalização do capital financeiro estava arquitetada. O setor bancário passa por profundo crescimento e expansão. Os grandes bancos se tornaram maiores ainda e sua internacionalização levou-os à unificação e à compra de outros. Durante as décadas seguintes, o que se viu foi o desaparecimento de várias bandeiras de bancos privados e estatais e a incorporação do patrimônio, de suas carteiras financeiras e dos seus clientes a menos de meia dúzia de bancos privados.

O HSBC, a título de ilustração, ao incorporar a nova dinâmica do mercado financeiro, passou a atuar, em 1988, em outros países e territórios além do Reino Unido onde nasceu. Atualmente a rede internacional da instituição possui aproximadamente 9,5 mil escritórios e agências em 83 países, movimenta mais 125 milhões de clientes e é a maior organização de serviços financeiros do mundo. O banco atua fortemente no setor de crédito, sendo que, no primeiro semestre de 2011, obteve lucro líquido de R\$ 611,0 milhões, o que tem permitido crescer a uma taxa de 27% no ano de 2011, taxa semelhante aos anos anteriores (MANDL; ADACHI, 2011). Esse processo de expansão é acompanhado por outros bancos como Bradesco, segundo maior banco privado, fundado em 1943, que adquiriu dezessete outros bancos e instituições financeiras, quase todas após a década de 1970. O grupo Santander figura como o maior banco na Zona do Euro e quarto maior do mundo.

A financeirização da economia, ao lado da redução da taxa de emprego, foi aliada com a indústria de cartões de crédito, dada a capilaridade dos bancos no sistema mundial. O cartão de crédito como mecanismo eficiente para permitir o consumo rápido gera alto grau de endividamento para os trabalhadores. Harvey (2011) apresenta que a dívida média das famílias estadunidense, em 1980, que girava nos 40 mil dólares, com o crédito facilitado pulou para 130 mil dólares, promovendo as instituições financeiras e o colapso financeiro das famílias trabalhadoras.

A voracidade da indústria do crédito espalha-se por todos os lados, primeiro entre os que estavam no mercado formal, logo atingindo os subempregados e mesmo os desempregados. As instituições financeiras passaram em breve período a refinar também a dívida dos trabalhadores e não mais apenas o consumo. Mais uma vez o capital se reproduz sobre os juros, agora em escala micro.

Considerações finais

O homem enquanto ser social que transforma o mundo em sua volta é também um ser biológico, necessita de momentos de repouso para repor suas energias e capacidades, nutrir-se adequadamente para desenvolver suas potencialidades, precisa interagir com outros seres para afirmar-se como pessoa, significar sua existência por meio das relações que estão além do espaço empregador. De outro lado, a mecânica dos metais e dos eletrônicos dispensa a complexidade da sociabilidade do ser social, malgrado precise de combustível para suas engrenagens funcionarem e muitas vezes os equipamentos não necessitam de repouso.

A mecânica dos metais e do polietileno dispensa a sociabilidade, as leis de amparo e proteção ao trabalho, revoluções sociais, não trava dimensões políticas, pressão por ampliação de direitos sociais, não faz greve, expulsa a luta de classes da fábrica. Os metais e o polietileno associado às inteligências artificiais elevam a produção a níveis exponenciais.

Com a expansão dos bancos, o capital financeiro fictício assumiu o controle do crédito, e suas taxas de juros perpassam pelos países e pessoas simples. O capital fictício controla a vida míúda, além de dominar com sua ideologia. A financeirização controla a vida urbana e rural com formas de crédito, o cartão de crédito torna-se o dinheiro volante, superando outras formas de pagamento e de projeção orçamentária dos trabalhadores.

Os cartões magnéticos, expressão máxima do cartão de crédito, permeiam as políticas sociais. A ênfase nas ações voltadas ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade nos atuais cenários se dá de tal forma que o cidadão passa a ser o consumidor, num “processo de desconstrução simbólica e ideológica dos sistemas de seguridade anteriores, em nível de retórica crítica; a centralidade de tratamento da inserção dos indivíduos ao mercado, através de transferências monetárias; o estímulo dos programas de consumo e demanda de serviços e uma organização e mobilização dos próprios pobres na construção dos programas sociais” (IVO, 2006, apud YAZBEK, 2010, p. 6).

O sistema de crédito e as instituições potencializam um poder social em detrimento dos produtores, comerciantes, proprietários tradicionais, trabalhadores assalariados e consumidores. Fomenta-se o monopólio do capital e a concorrência diminuiu no setor produtivo (HARVEY, 2011), o que conduz à agudização da crise, podendo tornar-se permanente. A estagnação ronda a economia, não paralisando a totalidade do sistema mundo, mas partes específicas do globo, enquanto outras áreas geográficas pouco são atingidas. Contudo, isso não significa independência do capital; em certas áreas do mundo, o sistema continua único, mas com particularidades, dependendo do seu estágio.

O capital financeiro não tem barreiras. Sua fluidez sobre as economias é inerentemente arriscada e especulativa por natureza. Para se perpetuar, o sistema subtrai as forças sociais das classes trabalhadoras, apodera-se dos mecanismos democráticos, dos sistemas de comunicação de massa, implanta sistemas de gerenciamento os mais diversos para controlar a vida cotidiana, distorce alocações de recursos em seu benefício e favor.

Com a demanda do capital financeiro, a especialização flexível ganha terreno: uma nova forma de produzir, a invasão da automação, da robótica e da microeletrônica destaca o novo jeito de ganhar produtividade traduzida em ferramentas contemporâneas: *kanban jit*, controle de qualidade total, gestão participativa, terceirização e subcontratação. É a lógica toyotista de produzir e acumular. A intensificação da exploração e a aceleração do ritmo de trabalho são os pontos críticos desse modelo japonês, cujo trunfo está na flexibilidade de produção, na multifuncionalidade do trabalhador e no trabalho em equipe (ANTUNES, 2011).

A nova forma de produzir extrai o fazer e o saber do trabalhador e promove um estranhamento no trabalho, e a quantidade de trabalho passado acumulado gera um estado de desidentidade do trabalhador. Esses processos sociais demarcam um novo paradigma histórico-teórico que vislumbra uma diversidade de processos de sociabilização para além do universo *stricto* do trabalho e de seus processos de constituição do valor na sociedade do capital.

Sob a tese de superação da hegemonia industrial, superada pelos processos de automação tecnológicos, pelo setor de serviços e pela financeirização global, a categoria trabalho como objeto de análise encontra novas perspectivas, compreendendo os novos processos técnicos e políticos que demandam um olhar mais atento para as conjunturas.

A prevalência dos processos de transformação tecnológica na produção industrial e nos serviços acarreta a diminuição do tempo de trabalho vivo necessário à produção de mercadorias e da própria participação humana nos processos produtivos. A consequência imediata e direta dessa estratégia do capital é o crescimento do trabalho do tipo imaterial, agora como força produtiva, com severas consequências no campo dos salários, na diminuição do número de trabalhadores, na fragmentação da unidade de classe, das lutas por melhores condições de trabalho, salário e pela ampliação do mercado de trabalho.

Portanto, a ideia geral é de superação do trabalho produtivo. Sendo assim, a divisão do “trabalho que tem como matéria-prima as capacidades cognitivas não poderia ser analisado pelo mesmo estatuto teórico daqueles trabalhadores que têm como matéria-prima a produção material (no sentido físico)” (AMORIM, 2009, p. 192).

Nesse sentido, a metamorfose no mundo do trabalho globalizado é conduzida pelos processos de automação, da robótica, da microeletrônica e pelo toyotismo, figurando o trabalho abstrato mais

intelectualizado, restando para a massa trabalhadora o desemprego estrutural, a redução do emprego tradicional, o subemprego, a informalidade, tornando o ambiente de trabalho complexo, fragmentado e heterogeneizado (ANTUNES, 2011).

Esse cenário tem fortes implicações para a regulação da vida social. O desmoronamento dos mecanismos tradicionais de emprego, construídos na fase anterior do capitalismo, deposita milhares de trabalhadores às margens da proteção que o emprego tradicional oferecia. As massas geradas com as novas estratégias do capital não poderão ser absorvidas pelos tradicionais sistemas de proteção social ou de estado social. O capital cuidará para que os recursos públicos não sejam investidos em políticas públicas e sim no próprio sistema financeiro internacional.

Referências

- ABRAHAMSON, Peter. *Welfare Pluralism*: Para um novo consenso na política social europeia. Tradução Potyara A.Pereira. NEPPO/CEANM/UnB. 1996.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. A redução da extrema pobreza no mundo. *Revista Cidadania & Meio Ambiente*, Portal EcoDebate, n. 1.554, 21 mar. 2012. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2012/03/23/a-reducao-da-extrema-pobreza-no-mundo-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso: 24 jul. 2014.
- AMORIM, Henrique. *Trabalho imaterial*: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CERRONI, Umberto. Consenso. Site: Gramsci e o Brasil. (s.d.). Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=637>. Acesso em: 16 maio 2012.
- ESPIN-ANDERSEN, G. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. In: Lua Nova, n.35, São Paulo, CEDEC, 1995..
- HARVEY, David. *O enigma do capital*: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.
- JOHNSON, Norman. *El Estado de Bienestar en transición*. La teoría e la práctica del pluralismo bienestar. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. España, 1990.
- MANDEL. Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção os Economistas).
- MANDL, Carolina; ADACHI, Vanessa. Expansão do crédito dá ao HSBC lucro 44% maior. *Valor Econômico*, São Paulo, 23 ago. 2011. Disponível em: <<http://www2.valoronline.com.br/financas/983708/expansao-do-credito-da-ao-hsbc-lucro-44-maior>>. Acesso em: 26 abr. 2012.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classes social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. *Para a crítica da economia política*: salário, preço e lucro / o rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção os Economistas)
- _____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- MOVIMENTO ALTERNATIVA SOCIALISTA. *Caderno Internacional* (2005). Disponível em: http://www.mas.org.pt/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=6&Itemid=469. Acesso em: 06 abr. 2012.
- _____. Estado e sociedade civil em tempos de globalização: reinvenção da política ou despolitização? Dossiê Mundialização, crise contemporânea e políticas sociais. *Revista Katálysis* [online], v. 14, n. 1, p. 19-30, 2004.
- SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho. A Transposição de Teorias sobre a Institucionalização do Welfare State para o Caso dos Países Subdesenvolvidos. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para Discussão n. 695)
- STEIN, Rosa Helena. *As políticas de transferência de renda na Europa e na América Latina*: recentes ou tardias estratégias de proteção social? Tese de doutoramento. Brasília – Universidade de Brasília (UnB). Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC). 2005.

THERBORN, Goran. Los retos del Estado de bienestar: La contrarrevolución que fracasa, las causas del malestar y la economía de las presiones de cambio. In: BUSTILLO, Rafael Muñoz y otros. *Crisis y futuro del Estado de bienestar*. Madrid: alianza Editorial, 1989.

TITMUSS, Richard. *Política Social*. Traducción Carlos Rocha Pujol. Barcelona: Editora Ariel, 1981.

YAZBEK, Maria Carmelita. Mudanças no capitalismo: desafios e perspectivas para as políticas sociais e para o Serviço Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS: lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, 13., Brasília, 2010.

¹ É preciso destacar que a Europa, enquanto continente, apresentou modelos distintos de Estados de Bem-Estar Social. Há diferenças expressivas entre os modelos dos países mediterrâneos, escandinavos, centro-europeus, orientais e anglo-saxões.

² Sobre as análises relativas ao *Welfare State*, ver também Souza (1999), Esping-Andersen (1995), Titmuss (1981), Johnson (1990), Abrahamson (1996) e Therborn (1989).

³ Todo esse conjunto de serviços e benefícios é atravessado por um *mix* de elementos, aos quais, além dos já citados, acrescenta-se também o enfrentamento velado às experiências socialistas vividas na Ásia e no Leste Europeu, que inspiraram o movimento operário nos países capitalistas centrais, exceto nos Estados Unidos.

⁴ Cabe lembrar que o Chile foi o primeiro país a implantar o modelo pautado numa economia de mercado irrestrita. Após a derrubada do governo popular em 1973, dá-se a implantação de um governo militar que, sob a assessoria estadunidense, instalou uma economia com total liberdade ao mercado, com vasta política de privatização que privatizou não só as empresas públicas, mas também o ensino superior. A experiência chilena demonstrou ainda outra tese de Hayek ao defender que não existe vínculo entre livre mercado e democracia.

⁵ O trabalho com material reciclado forjado em países como o Brasil cresceu em proporções espantosas, sendo que não havia um único núcleo urbano que não conhecesse esses trabalhadores, pois diariamente circulavam pelas ruas dos centros urbanos revirando lixeiras em busca de latas de alumínio, papelão, dentre outros materiais descartados. Já outros aguardavam em frente de grandes lojas, esperando o descarte de papelão no final do expediente.

O turbilhão de recicladores levou algumas prefeituras a legislar sobre a atividade desses trabalhadores, mas não no sentido de reconhecer direitos e acesso ao sistema de proteção social e às garantias de direitos trabalhistas como para os demais trabalhadores formais. A municipalidade preocupou-se tão somente com o código de postura urbana, delimitando horários específicos para esses trabalhadores atuarem e dimensões para suas carretas para transporte do material reciclável nas ruas das cidades, a fim de não atrapalharem o trânsito dos veículos. As condições de trabalho dessas pessoas eram realizadas em condições sub-humanas, trabalhando com materiais contaminados ou cortantes sem qualquer tipo de proteção ou segurança para desenvolver a atividade, suas carretas puxadas pela força humana tanto de homens como mulheres e também crianças. Em alguns casos, recordando as condições de trabalho da infância nas minas de carvão inglesas do século XVIII.

Esse mecanismo de garantir a reprodução social de milhões de famílias concedeu ao Brasil o posto de país que mais reciclava no mundo, fato grandioso não fosse o motivo no qual esse título é exercido, sem qualquer posição de educação ambiental e sim por uma condição de miséria generalizada da população.